

## Decisão do STF deixa trabalhadores terceirizados mais vulneráveis a calotes

Ao julgar recentemente uma ação do governo do Distrito Federal, o STF decidiu que a administração pública não tem responsabilidade subsidiária com as empresas prestadoras de serviço. A decisão traz novamente à tona os efeitos nocivos da terceirização e aprofunda a precarização das condições de trabalho, pois, na prática, o julgamento do STF tornou sem efeito a Súmula 331 do TST, que estabelecia a responsabilidade subsidiária da administração pública em caso de inadimplência de seus contratados em relação aos encargos trabalhistas.

Ou seja, a partir de agora, fica cada vez mais difícil responsabilizar a Petrobrás e outras empresas e órgãos da administração pública em relação as ações praticadas pelas prestadoras de serviço, como assegurava a Súmula 331 do TST. Em cada caso concreto de inadimplência, será preciso provar que o contratante teve culpa, como, por exemplo, erro na elaboração do edital ou falha na fiscalização do contrato. A decisão do STF,

portanto, significa um enorme retrocesso para os trabalhadores e escancara as portas para os calotes recorrentes das terceirizadas, como acontece no Sistema Petrobrás e em outras empresas do setor público.

### Entenda o fato

A antiga Súmula 256 do TST, de 1986, vedava a terceirização e afirmava o vínculo diretamente com o tomador de serviços. Até 1993, a terceirização só era permitida nos casos de serviços de vigilância e de asseio e conservação. No rastro da onda neoliberal dos anos 90, que flexibilizou direitos e precarizou as condições de trabalho, a Lei de Licitações e Contratações (8.666/93) tornou a administração pública isenta de qualquer responsabilidade com os calotes praticados pelos prestadores de serviço. A Súmula 256 do TST foi cancelada e, em seu lugar, surgiu a Súmula 331, estabelecendo ao menos a responsabilidade subsidiária do contratante.

### Intensificar a luta

É cada vez mais urgente a intensificação da luta por mudanças no modelo de contratação da Petrobrás e a instituição de mecanismos que protejam o trabalhador para que não seja lesado pelos calotes praticados pelas empresas terceirizadas.

Na campanha salarial deste ano, a FUP trouxe novamente esta questão para a mesa de negociação e fez a Petrobrás pela primeira vez reconhecer que sua política de contratação precisa ser revista e aprimorada. O acordo conquistou um primeiro passo neste sentido, que foi garantir que as empresas que tenham praticado calotes contra os trabalhadores sejam excluídas do processo de licitação, estendendo esta sanção também para os seus sócios.

A luta por segurança e contra a precarização do trabalho terceirizado deve avançar, inclusive no que diz respeito à organização dos trabalhadores, combatendo, principalmente, as práticas antissindicais.

## Após pressão da FUP, Transpetro apresenta proposta de adicional de gasodutos

Os petroleiros que exercem atividades externas nos gasodutos da Transpetro participam esta semana de assembleias para avaliarem o adicional conquistado pela FUP em negociação com a subsidiária. O aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2009/2011 prevê um adicional de 19,23% para os trabalhadores que atuam na malha do gás, acrescido do Adicional de Periculosidade, que garantirá um total de 25% sobre o Salário Básico. Além disso, a Transpetro se compromete a recompor os quadros próprios de técnicos de manutenção, no prazo máximo de 12 meses, visando, assim, respeitar o limite de 144 horas de sobreaviso, conforme prevê a cláusula 11ª do ACT.

Desde o início do ano, a FUP e seus sindicatos têm lutado para que a Transpetro corrija as distorções nos regimes e jornadas de trabalho dos técnicos de operação, manutenção e segurança que fazem atendimento externo na Malha do Gás. Como estão sob regime administrativo, com sobreaviso parcial, eles sofrem com sobrecarga de trabalho excessiva e, na maioria das vezes, sem folgas.

Ao longo dos últimos meses, a FUP realizou várias reuniões com a subsidiária, buscando uma solução para o problema. O resultado foi a apresentação na semana passada de uma proposta de adicional

para os petroleiros que exercem atividades externas nos gasodutos.

A luta por melhores condições de trabalho na Malha do Gás começou a se intensificar a partir das intervenções do Sindipetro Caxias, com conquistas importantes no Terminal de Campos Elíseos. A mobilização ganhou reforço dos sindicatos Unificado de São Paulo e Espírito Santo. A luta valeu a pena e garantiu para todas as bases de gasodutos da Transpetro um adicional que compensará os petroleiros pelos longos deslocamentos que fazem para seus locais de trabalho e pela dificuldade que têm para manter um horário fixo de repouso e de alimentação.

# Pela primeira vez, petroleiros fecham acordo de adiantamento da PLR antes do Natal

Com mais de 90% de aprovação dos trabalhadores, o acordo de adiantamento da PLR no Sistema Petrobrás foi assinado no dia 17 pela FUP e seus sindicatos. O acordo é extensivo à Transpetro, TBG, Petroquisa, Gás e Energia e Petrobrás Biocombustível. Os trabalhadores receberão a antecipação da PLR no dia 10 de janeiro de

2011. Por motivos operacionais, as termoelétricas farão o pagamento no dia 30 de janeiro. É a primeira vez que os trabalhadores fecham um acordo de adiantamento da PLR antes do Natal.

O acordo conquistado é relativo apenas à antecipação da PLR e segue os mesmos critérios aprovados pelos trabalhadores em dezembro

do ano passado, tanto em relação à distribuição, quanto ao percentual do lucro. O valor é 18% superior ao que foi pago em janeiro para o exercício de 2009. A negociação da PLR prosseguirá no ano que vem, durante o fechamento da parcela final, quando a FUP discutirá com a Petrobrás e subsidiárias o montante total e a forma de distribuição.

## Setor privado: campanhas reivindicatórias entram na reta final

A FUP continua em negociação com as empresas do setor privado, visando fechar o maior número possível de acordos até o final de dezembro. A maioria das prestadoras de serviços já apresentou contrapropostas para os trabalhadores. Já foram aprovados e assinados os acordos da Schlumberger, BJ Service e BCH Energy. Na Exterran, os trabalhadores estão avaliando a contraproposta apresentada no dia 21. As negociações prosseguem

com a Drillfor, Halliburton, Perbras, ETX, Empercom e Q&B.

### San Antonio: impasse na Bahia

Os trabalhadores do Grupo San Antonio, multinacional que controla a Prest e a Sotep, também aprovaram a proposta da empresa no Rio Grande do Norte e no Espírito Santo, onde os acordos já foram assinados. Na Bahia, os trabalhadores rejeitaram as propostas e

estão há duas semanas em greve. A San Antonio ingressou com dissídio coletivo no TRT da Bahia, onde houve uma audiência de conciliação nesta terça-feira, 21, sem acordo entre a empresa e os trabalhadores.

O julgamento foi marcado para o dia 27 de janeiro. O Sindicato da Bahia solicitou à FUP que interceda junto ao Grupo San Antonio para buscar uma solução negociada para o impasse.

## Transpetro é condenada por terceirizar atividades fins

O TRT de Santa Catarina condenou a Transpetro a uma indenização de R\$ 20 milhões por dano moral coletivo, em função da terceirização de atividades fins. O Tribunal também determinou que a Transpetro substitua por trabalhadores próprios os terceirizados que atuam em atividades essenciais e permanentes, exceto as que são permitidas por lei (serviços de vigi-

lância, conservação e limpeza e trabalho temporário). Para isso, a empresa terá que convocar imediatamente os concursados que estão em cadastro de espera.

Uma das principais bandeiras de luta da FUP é pela recomposição dos efetivos próprios da Petrobrás e de suas subsidiárias. Apesar da empresa ter mais do que dobrado o número de trabalhadores próprios

os nesta última década, é preciso avançar muito mais rumo à primeirização de todas as atividades fins e permanentes. Além de mobilizações e intervenções nas campanhas reivindicatórias, a FUP tem atuado em conjunto com o Ministério Público do Trabalho, contribuindo no combate à precarização das condições de trabalho e nas ações que visem à primeirização.

Edição 971 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT [www.fup.org.br](http://www.fup.org.br)

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21) 3852-5002 [imprensa@fup.org.br](mailto:imprensa@fup.org.br) Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763  
Diagramação: Cláudio Camillo MTB 20478 Equipe de jornalismo: Alessandra Murteira e Carol Cavassa Diretoria responsável: Anselmo, Caetano, Chicão, Daniel, Divanilton, Estér, Leopoldino, Machado, Marlúzio, Moraes, Paulo César, Silva, Simão, Sinval e Ubiraney